

O mito da produção agrícola de baixo valor agregado¹

Antônio da Luz²

Resumo – A agricultura foi o grande palco de debates ideológicos ao longo do século 20 no Brasil, onde a terra deveria fazer justiça social por meio da distribuição da riqueza. À indústria, por sua vez, caberia o papel do crescimento econômico e da modernização do País. O século 21 avança, em sua segunda década, e ainda há um grande grupo de autores e *policy makers* que acreditam que o Brasil precisa apostar em segmentos econômicos mais “avançados”, muitas vezes sem observar vantagens comparativas e sem um planejamento setorial de longo prazo adequado. Este artigo mostra que não há a lógica econômica nesse argumento. A agricultura atualmente gera alto valor agregado, inclusive gerando mais valor adicionado (VA) que a indústria por unidade monetária faturada. Enquanto a agricultura gera R\$ 0,57 de VA para cada real de valor bruto da produção (VBP), a indústria gera apenas R\$ 0,33. Esse resultado remete a duas conclusões: a primeira é que a agricultura brasileira é de alto valor agregado e pode contribuir muito com o crescimento do País. A segunda é que a indústria é vítima de um alto consumo intermediário, resultado de políticas industriais malsucedidas e ausência de políticas horizontais que poderiam contribuir para reduzir o custo industrial.

Palavras-chave: coeficientes técnico-setoriais, competitividade, valor adicionado pela agricultura.

The myth of low value-added agricultural production

Abstract – Agriculture in Brazil was the main issue of ideological debates throughout the 20th century, where the land was supposed to bring about social justice through wealth distribution. The industry, in its turn, was supposed to generate economic growth and modernization in the country. The second decade of the 21st century is in progress, and a large amount of authors and policy makers still believe that Brazil must invest in “more advanced” economic sectors, many times without checking comparative advantages and without an appropriate long-term sectoral planning. This article shows that there isn’t economic logic in this argumentation. Currently, agriculture produces high value added, also generating more economic value added than industry per unit billed. While agriculture generates R\$ 0.57 of value added per R\$ 1.00 of gross value of production, industry generates only R\$ 0.33. This result leads to two possible conclusions: the first one is that the Brazilian agriculture produces high value added and can greatly contribute to the country’s economic growth. The second one is that industry is a victim of high intermediate consumption, which results from

¹ Original recebido em 3/4/2014 e aprovado em 14/4/2014.

² Economista, mestrando em Economia Aplicada pelo PPGE/UFRGS, economista-chefe do Sistema Farsul. E-mail: antoniodaluz@ufrgs.br

unsuccessful industrial policies and lack of horizontal policies that could contribute to reduce the cost in industry production.

Keywords: technical and sectoral coefficients, competitiveness, value added by agriculture.

Introdução

Contexto histórico – a busca pela industrialização

Ao longo do século 20, o Brasil despertou para a importância da indústria para o crescimento e para o desenvolvimento da economia e, por meio de uma série de iniciativas, esse setor passou a ser o protagonista nas políticas de Estado.

A Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), em especial pela obra dos seus principais representantes, como Celso Furtado (1959) e Raúl Prebisch (1950), acreditava na existência de uma apropriação dos frutos do progresso técnico baseando-se numa ideia de divisão internacional do trabalho, em que uns países se especializam em produtos primários exportadores, e outros, em produtos industriais, o que acarretava desenvolvimento desigual entre os grupos, gerando países desenvolvidos ou centrais de um lado e subdesenvolvidos ou periféricos de outro. Os países que se especializavam em produtos primários exportadores caminhariam ao subdesenvolvimento em virtude do obstáculo à elevação da renda causado pela tendência à deterioração dos termos de troca. Era indispensável, portanto, de acordo com a visão cepalina, se industrializar-se para buscar crescimento e desenvolvimento³.

O governo brasileiro também apostou na indústria e executou, a partir da década de 1930, o Processo de Substituição de Importações (PSI), que duraria, de acordo com Fonseca (2003), até o governo Geisel com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), atravessando cinco

décadas. Ao longo e depois desse processo, o governo lançou mão de diversas ferramentas de estímulo ao setor industrial que iam desde proteção à entrada de produtos importados até o estímulo à saída de produtos industrializados brasileiros para o exterior⁴.

Mais recentemente, Suzigan e Furtado (2006) atribuem o baixo crescimento e desenvolvimento econômico no Brasil a partir da década de 1980 – depois do final do PSI – ao fraco crescimento da indústria de transformação; segundo os autores, esse segmento refletiu as dificuldades que o País enfrentou para implementar políticas industriais (PI).

Pode-se afirmar, portanto, que há uma importante corrente do pensamento econômico que atribui ao grau de estímulo à industrialização o sucesso e o fracasso do desempenho econômico brasileiro nas últimas oito décadas – segundo essa corrente, a implementação de políticas industriais deve estar no alto da escala de prioridade dos *policy makers*, para que se obtenha com isso crescimento econômico. Um indicativo evidente de que esse pensamento é dominante no seio do governo brasileiro está em Brasil (2003). Esse é um plano com diretrizes de política industrial para o atual período, e indica suas intenções de apoiar segmentos industriais “avançados”, ainda que não haja uma definição do que esse adjetivo signifique.

Percebe-se que existiu ao longo do tempo – e ainda existe –, de um lado, uma preferência e um desejo das autoridades governamentais pelo desenvolvimento do setor industrial no Brasil e, como pode ser visto até aqui, esse objetivo vem sendo revelado pelos *policy makers* brasileiros e apoiado por parcela importante da academia

³ Para aprofundamento do tema e entendimento do papel da indústria no crescimento e desenvolvimento econômico na visão da Cepal, além de Prebisch (1950) e Furtado (1959), ver Singer (1950) e Tavares (1977).

⁴ Para relato mais aprofundado dos instrumentos de política industrial utilizados pelo governo brasileiro ao longo e depois do PSI, ver obras cepalinas. Intervenções mais atuais podem ser conhecidas em Bonelli et al. (1997) e Suzigan (1996).

pelo menos nos últimos 80 anos. De outro lado, há uma justificativa para essa preferência, baseada na premissa de que a produção industrial apresenta maior valor agregado, pois é um setor mais “avançado”, conforme Brasil (2003).

Esse assunto, no entanto, está muito distante de ser consensual. Ferreira e Hamdan (2003) são enfáticos em afirmar que as políticas verticais, tais quais as PIs, não são capazes de trazer crescimento econômico, mas sim as políticas horizontais. Na mesma linha, Canêdo-Pinheiro et al. (2007) desenvolvem com muita profundidade esse argumento, usando o leste asiático como exemplo. Autores dessa corrente inclusive sugerem que não deveria existir PI, mas sim políticas horizontais que propiciassem o aparecimento e o triunfo de segmentos com vantagens comparativas, industriais ou não, pois estes, mesmo que eventualmente não sejam considerados “avançados”, tendem a trazer maior bem-estar no longo prazo.

Contexto histórico – o resgate da agricultura do debate ideológico

A agricultura, por sua vez, foi vista – até certo período, com certa razão – como um setor atrasado da economia, monocultor e de baixa geração de valor agregado. A agricultura também foi palco de conflitos ideológicos, em que muitas vezes o papel econômico do setor era relegado a um segundo plano, com o seu papel social sendo protagonista das atenções, ignorando-se a contribuição para o crescimento econômico que esse setor produtivo de fato poderia dar.

Apesar do crescimento da produtividade no meio rural, resultado de investimentos em mecanização, biotecnologia, química, gestão, etc., atualmente ainda se observa que a visão generalizada do setor não evoluiu na mesma proporção. Um argumento comum é que o Brasil precisa industrializar-se para gerar mais valor agregado, pois produzir commodities não nos leva a esse fim.

Este estudo mostra que não há lógica econômica nesse argumento. A agricultura atualmente

tem uma alta taxa de transformação de produção em valor adicionado, o que, no fim do dia, quer dizer que ela tem um alto potencial de geração de Produto Interno Bruto (PIB); logo, está equivocada a visão de que, para crescer e desenvolver-se economicamente, o Brasil precisa ter um foco no setor industrial e relegar a agricultura para uma condição de segundo plano. Isso não quer dizer, porém, que o Brasil deva abandonar sua ambição de ser um país altamente industrializado, mas se afastará desse objetivo se continuar relegando setores importantes e escolhendo segmentos muitas vezes por critérios políticos. Ademais, a experiência de outros países mostra que as economias que mais cresceram foram aquelas que não privilegiaram setores, mas sim a economia como um todo, com políticas horizontais que ampliam a produtividade geral dos fatores. Jones (2000) descreve com muita clareza, lançando mão de diversos autores consagrados em temas relacionados ao crescimento econômico, que o progresso tecnológico é o motor do crescimento econômico. Mas quem disse que esse progresso tecnológico não pode ser observado em atividades agropecuárias?

Referencial metodológico

As Contas Nacionais e as Contas Regionais do Brasil são estudos elaborados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011a, 2011c) que trazem resultados para o PIB, tanto para o País quanto para as Unidades de Federação, e o último relatório apresentou os dados de pesquisa de 2002 a 2009.

Este estudo baseia-se na análise dos dados apresentados nesses relatórios, enfocando aqueles que originam o cálculo do PIB, pela ótica da produção e por segmentos econômicos. Tanto os dados extraídos dos relatórios do IBGE quanto os cálculos elaborados pelo autor estão em conformidade com o Sistema de Contas Nacionais do Brasil (IBGE, 2013) e, consequentemente, com o *System of National Accounts*, elaborado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

Para a análise e conclusões a respeito do desempenho econômico de cada setor da economia, observa-se-ão as estatísticas de valor bruto da produção, consumo intermediário e valor adicionado bruto, que são estatísticas primárias extraídas do relatório. Para mensurar as relações dessas três estatísticas, serão aplicados os conceitos de coeficiente técnico e de fator de multiplicação do valor agregado.

As estatísticas principais

As estatísticas principais são todas aquelas extraídas do relatório de Contas Regionais (IBGE, 2011a): valor bruto da produção, consumo intermediário e valor adicionado.

Valor bruto da produção

O valor bruto da produção (VBP_i) é entendido como o valor de toda a produção de bens e serviços realizados e comercializados em um dado período. É composto por duas dimensões, quantidade e preço, relacionando-se algebricamente para um determinado bem i da seguinte forma:

$$VBP_i = Q_i P_i \quad (1)$$

O valor bruto da produção pode ser visto também como um conjunto de bens e serviços que formam um setor inteiro ou até mesmo de toda a economia, não se limitando, portanto, a apenas um determinado bem ou serviço i . Neste estudo, para a avaliação do conjunto de bens e serviços que formam um setor, a notação deve ser

$$VBP_{setorial} = \sum_{i=1}^n VBP_i = \sum_{i=1}^n Q_i P_i \quad (2)$$

em que n é o número de bens e serviços que compõe o setor.

Consumo intermediário

O consumo intermediário (CI_i) corresponde a todos os bens e serviços utilizados como

matérias-primas, os componentes e os demais insumos usados no processo produtivo. De acordo com o Sistema de Contas Nacionais (IBGE, 2011c), considera-se consumo intermediário o consumo de bens e serviços mercantis utilizados na produção de bens e serviços mercantis ou não.

Valor adicionado

O valor adicionado VA_i , também conhecido como valor agregado – neste estudo serão tratados como sinônimos –, corresponde à subtração do consumo intermediário do valor bruto da produção, ou seja, é extraído do valor produzido o valor consumido no processo de produção, resultando o valor adicionado pelo processo produtivo.

$$VA_i = VBP_i - CI_i \quad (3)$$

O processo de apuração do valor agregado de um setor ou de toda a economia também se orienta pelo somatório dos valores agregados de cada produto que compõe o(s) setor(es).

$$VA_{setorial} = \sum_{i=1}^n VA_i = \sum_{i=1}^n VBP_i - CI_i \quad (4)$$

Aplicação de conceitos de análise

Utilizando-se os dados extraídos do último relatório de Contas Regionais do Brasil (IBGE, 2011a), são aplicados os conceitos de coeficiente técnico e fator de valor agregado.

Coeficiente técnico (CT)

É a razão entre o consumo intermediário (CI_i) e o valor bruto da produção (VBP_i), indicando a quantidade de insumo que é necessária para produzir uma determinada quantidade de valor.

Em termos de geração de PIB, é desejável que o CT seja o menor possível, pois significa que determinado setor ou o conjunto da economia

consegue, com menor quantidade de insumo, maior quantidade de produção. Algebricamente,

$$CT_i = CI_i / VBP_i \quad (5)$$

O valor esperado deve ser $0 < CT < 1$.

Para o cálculo do $CT_{setorial}$, são então somados os consumos intermediários e os valores brutos da produção de cada um dos segmentos analisados.

Fator de multiplicação do valor agregado (FVA)

É a razão entre o valor adicionado (VA_i) e o valor bruto da produção (VBP_i). Esse fator indica quanto de valor agregado é gerado para cada unidade de valor produzida.

$$FVA_i = VA_i / VBP_i \quad (6)$$

O valor esperado deve ser $0 < FVA < 1$.

O fator de valor agregado pode ser obtido também pela subtração de CT de 1:

$$FVA_i = 1 - CT_i \quad (7)$$

O resultado obtido dessa razão pode ser utilizado como fator de multiplicação – com base em determinado aumento na produção, obtém-se, *ceteris paribus*, o impacto no valor adicionado.

Segmentos econômicos analisados

A economia brasileira é distribuída em 17 segmentos econômicos, na análise no relatório das Contas Regionais do Brasil e Contas Nacionais do Brasil:

- 1) Agricultura, silvicultura e exploração florestal.
- 2) Pecuária e pesca.
- 3) Indústria extrativa.

- 4) Indústria de transformação.
- 5) Construção civil.
- 6) Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana (segmento Siup).
- 7) Comércio e serviços de manutenção e reparação.
- 8) Serviços de alojamento e alimentação.
- 9) Transporte, armazenagem e correio.
- 10) Serviços de informação.
- 11) Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados.
- 12) Serviços prestados às famílias e associativas.
- 13) Serviços prestados às empresas.
- 14) Atividades imobiliárias e aluguel.
- 15) Administração, saúde e educação públicas e seguridade social (não mercantil).
- 16) Saúde e educação mercantis.
- 17) Serviços domésticos.

Esses segmentos são arranjados pelo autor por conveniência de apresentação em três setores:

- a) Agropecuária.
- b) Indústria.
- c) Serviços.

Compõem o setor agropecuário os segmentos 1 e 2. O setor indústria é composto por 3, 4, 5 e 6, e o setor serviços pelos demais segmentos (de 7 a 17), com exceção do segmento 15. Este, para as comparações entre setores, é desprezado, pois se busca comparar neste estudo apenas atividades mercantis entre si.

Discussão dos dados

Valor bruto da produção (VBP)

O VBP somou em 2009 aproximadamente R\$ 5,5 trilhões, tendo crescido, em termos nominais, 116% de 2002 a 2009 (Tabela 1).

O segmento econômico que mais colabora para a geração do VBP é a indústria de transformação, que em 2009 representou 31% do valor produzido total. O segmento ligado à administração pública colaborou com 13%, e o comércio e serviços de manutenção e reparação vem em seguida, com 10% de participação – este teve o maior crescimento no período – e, na sequência, enfatiza-se a agricultura, com apenas 3% do valor bruto total.

Embora a agricultura movimente diversos segmentos a montante e a jusante da economia e tenha papel preponderante na geração de riquezas do País, seu nível de atividade é baixo diante da potencialidade do País em termos de recursos naturais, tecnologia, mão de obra, produtividade, por exemplo, em comparação com países de dimensões semelhantes e com os demais segmentos da economia brasileira, podendo a agricultura ser interpretada como um potencial de crescimento do País. A Tabela 2 descreve o valor bruto da produção do Brasil de 2002 a 2009.

Na análise setorial privada, fica ainda mais evidente a importância da indústria na produção, sendo o setor de maior participação percentual, seguido de perto pelos serviços. A agropecuária, por sua vez, responde por apenas 6% da produção.

Parte da explicação da baixa participação da agropecuária na produção e também do seu menor crescimento na comparação setorial deve-se ao baixo crescimento dos preços dos produtos, muito abaixo da inflação. Em termos de quantidades, a agropecuária vem crescendo ano a ano a taxas bastante elevadas.

Consumo intermediário (CI_i)

O total apurado em 2009 como consumo intermediário na economia brasileira foi de quase R\$ 2,7 trilhões, tendo experimentado crescimento de 112% de 2002 a 2009, percentual menor em quatro pontos percentuais em relação ao valor bruto da produção, o que já antecipa um crescimento do valor agregado, uma vez que este último dado é extraído por meio da subtração do consumo intermediário do valor bruto da produção, conforme a equação 3. A Tabela 3 descreve o consumo intermediário do Brasil de 2002 a 2009.

A indústria de transformação responde por 46% de todo o consumo intermediário do País, e não há outro segmento na economia brasileira que apresente consumo intermediário de dois dígitos do total, o que reforça a importância da indústria de transformação. A Tabela 4 descreve o consumo intermediário, por setor, de 2002 a 2009.

A indústria, puxada pela indústria de transformação, é o setor de maior consumo intermediário. Apesar de representar a maior parcela do PIB, o setor de serviços tem baixo consumo intermediário em comparação à indústria, representando 33% do total. A agropecuária representa 5% do consumo intermediário total.

Em termos de crescimento, a agricultura foi o setor que mais cresceu de 2002 a 2009, tendo atingido 119%, seguida dos serviços, 117%, e, por fim, da indústria, que cresceu 109%. O crescimento do consumo intermediário da indústria, apesar de ter sido o menor, pode ser interpretado – por quem analisa do ponto de vista da geração de PIB – como algo positivo, pois o setor que menos gera valor agregado por unidade produzida tem melhorado sua relação nos últimos anos.

Valor adicionado (VA_i)

Em termos de valor adicionado, a economia brasileira gerou quase R\$ 2,8 trilhões, tendo crescido 119% de 2002 a 2009. A indústria de

Tabela 1. Valor bruto da produção do Brasil, em milhões de reais, por segmento, de 2002 a 2009.

Segmento	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Part. (%) 2009	Var. (%) 2002-2009
Agricultura, Silvíc. e Exp. Florestal	90.781	121.373	135.261	122.681	127.015	144.909	179.925	176.093	3	94
Pecuária e Pesca	47.988	62.486	67.871	71.796	71.578	81.889	99.800	100.354	2	109
Indústria Extrativa	54.251	67.491	81.639	106.910	125.099	126.517	166.144	130.624	2	141
Indústria de Transformação	799.752	1.015.865	1.219.022	1.314.604	1.390.493	1.550.753	1.795.091	1.693.788	31	112
Construção Civil	133.474	134.543	157.372	167.672	181.164	205.954	242.972	285.293	5	114
SIUP	88.883	102.704	121.900	132.635	142.179	150.957	165.100	170.669	3	92
Comércio e Serv. de Manut. e Reparações.	206.233	248.537	283.929	319.844	361.706	425.064	493.241	532.454	10	158
Serviços de Aloj. e Alimentação	52.313	57.787	62.154	69.743	82.971	96.034	104.315	121.514	2	132
Transportes, Armaz. e Correios	120.616	142.281	156.806	180.898	195.716	220.154	262.121	270.901	5	125
Serviços de Informação	90.983	104.758	122.342	140.269	150.483	169.339	193.620	206.566	4	127
Serv. Intermed. Fin., Seg. e Prev Comp.	150.831	164.108	166.476	199.331	226.298	264.439	277.709	310.934	6	106
Serviços Prest. às Fam e Associativas	63.779	67.670	74.264	87.049	96.486	100.217	111.358	123.466	2	94
Serviços Prestados às Empresas	98.014	112.157	124.465	139.613	160.355	181.703	208.921	231.604	4	136
Atividades Imobiliárias e Aluguéis	137.767	150.157	160.036	176.258	188.244	209.055	226.958	253.718	5	84
Adm., Saúde e Educ. Púb. e Seg. Social	305.852	331.619	376.772	432.871	478.465	542.562	614.917	685.810	13	124
Saúde e Educação Mercantis	82.132	91.718	102.255	101.961	118.438	126.466	135.923	149.252	3	82
Serviços Domésticos	15.288	17.485	20.171	22.548	25.726	28.000	30.846	37.701	1	147
Total	2.538.937	2.992.739	3.432.735	3.786.683	4.122.416	4.624.012	5.308.961	5.480.741	100	116

Fonte: IBGE (2011b).

Tabela 2. Valor bruto da produção do Brasil, em milhões de reais, por setor, de 2002 a 2009.

Setor	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Part. (%) 2009	Var. (%) 2002-2009
Agropecuária	138.769	183.859	203.132	194.477	198.593	226.798	279.725	276.447	6	99
Indústria	1.076.360	1.320.603	1.579.933	1.721.821	1.838.935	2.034.181	2.369.307	2.280.374	48	112
Serviços	1.017.956	1.156.658	1.272.898	1.437.514	1.606.423	1.820.471	2.045.012	2.238.110	47	120
Total	2.233.085	2.661.120	3.055.963	3.353.812	3.643.951	4.081.450	4.694.044	4.794.931	100	115

Nota: extraído o segmento Administração, Saúde e Educação Públicas e Seguridade Social do computo setorial.

Fonte: IBGE (2011b).

Tabela 3. Consumo intermediário do Brasil, em milhões reais, por segmento, de 2002 a 2009.

Segmento	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Part. (%) 2009	Var. (%) 2002-2009
Agricultura, Silvíc. e Exp. Florestal	31.616	43.979	53.105	52.414	50.550	57.573	76.262	69.596	3	120
Pecuária e Pesca	22.902	31.261	34.833	36.900	36.477	41.958	50.851	49.619	2	117
Indústria Extrativa	33.832	42.242	49.642	61.542	66.235	72.848	82.646	79.559	3	135
Indústria de Transformação	585.190	750.910	898.799	981.308	1.037.106	1.161.134	1.366.028	1.228.524	46	110
Construção Civil	66.255	65.608	72.504	77.444	84.877	94.753	116.421	138.510	5	109
SIUP	46.677	52.339	57.217	62.244	65.765	69.166	84.225	84.082	3	80
Comércio e Serv. de Manut. e Reparações.	61.971	76.505	83.585	96.026	107.128	124.132	143.333	154.317	6	149
Serviços de Aloj. e Alimentação	29.116	34.951	35.536	39.744	46.294	54.309	58.497	67.107	2	130
Transportes, Armaz. e Correios	59.607	73.527	78.470	89.421	97.060	110.372	133.108	136.669	5	129
Serviços de Informação	45.613	51.408	58.195	67.031	73.457	81.608	95.584	106.825	4	134
Serv. Intermed. Fin., Seg. e Prev Comp.	55.778	59.885	69.575	69.394	79.880	88.831	102.330	108.718	4	95
Serviços Prest. às Fam e Associativas	31.630	32.344	35.832	42.415	46.932	47.720	53.437	59.200	2	87
Serviços Prestados às Empresas	42.049	46.699	49.855	55.044	63.108	73.210	81.846	92.600	3	120
Atividades Imobiliárias e Aluguéis	7.426	8.388	8.861	10.333	12.105	14.598	16.667	19.961	1	169
Adm., Saúde e Educ. Púb. e Seg. Social	108.124	109.342	132.345	155.675	167.084	188.839	207.959	229.384	9	112
Saúde e Educação Mercantis	38.022	42.737	48.123	47.495	53.937	55.103	59.318	61.691	2	62
Serviços Domésticos									0	
Total	1.265.808	1.522.125	1.766.477	1.944.430	2.087.995	2.336.154	2.728.512	2.686.362	100	112

Fonte: IBGE (2011b).

Tabela 4. Consumo intermediário, em milhões de reais, por setor, de 2002 a 2009.

Setor	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Part. (%) 2009	Var. (%) 2002-2009
Agropecuária	54.518	75.240	87.938	89.314	87.027	99.531	127.113	119.215	5	119
Indústria	731.954	911.099	1.078.162	1.182.538	1.253.983	1.397.901	1.649.320	1.530.675	62	109
Serviços	371.212	426.444	468.032	516.903	579.901	649.883	744.120	807.088	33	117
Total	1.157.684	1.412.783	1.634.132	1.788.755	1.920.911	2.147.315	2.520.553	2.456.978	100	112

Nota: extraído o segmento Administração, Saúde e Educação Públicas e Seguridade Social do computo setorial.

Fonte: IBGE (2011b).

transformação, como era de se esperar, produz a maior parte do valor adicionado da economia. Entretanto, teve participação de apenas 17% nesse quesito, quando participa de 31% do valor bruto da produção; portanto, nota-se que há um desequilíbrio na proporcionalidade e importância do setor para geração de valor bruto e adicionado. A Tabela 5 descreve o valor adicionado do Brasil de 2002 a 2009.

O comércio também participa de forma importante no montante do valor adicionado e, assim como a agricultura, tem maior importância relativa na produção de valor agregado do que de valor da produção. Em termos de crescimento do valor ao longo do tempo, destaca-se mais uma vez o comércio, que incrementou 162% no valor agregado no período analisado.

Quanto ao valor adicionado visto por setores da economia, como detalhado na Tabela 6, temos uma distribuição semelhante à do PIB: há uma participação maior do setor de serviços, com 61% do valor total, seguido do setor indústria, reunindo 32% do valor agregado na economia, e, por fim, o setor agropecuária, com 7%.

De 2002 a 2009, o comércio cresceu mais do que os demais setores, tendo a agropecuária crescido menos.

Análises dos dados

Até este momento, foi mostrada e brevemente discutida a formação do valor adicionado na economia brasileira, passando pelo valor bruto da produção, descontando-se o consumo intermediário e, finalmente, apresentando os dados referentes ao valor adicionado em si.

A partir de agora, serão apresentadas algumas análises com base na obtenção do coeficiente técnico e do fator de valor agregado. Será conhecida a capacidade de geração de valor agregado setorialmente, o que permite avaliar se a produção da agricultura de fato resulta em baixo valor agregado e se a produção da indústria responde com alta adição, premissa na

qual muitos autores acreditam e em que muitas políticas industriais são baseadas.

Setores e segmentos mais dinâmicos para a geração de valor adicionado

Observando-se primeiramente os fatores de multiplicação de valor agregado setorialmente em 2009, percebe-se que, para cada real produzido, os serviços conseguem gerar maior valor agregado, seguidos da agropecuária e, por fim, da indústria. A Tabela 7 descreve o fator de multiplicação do valor adicionado de 2002 a 2009.

Os dados nos mostram que, em 2009, para cada R\$ 1,00 produzido na agropecuária, foi gerado R\$ 0,57 em termos de valor adicionado. Esse dado traz uma visão nova sobre a discussão que há em torno do valor agregado na agropecuária. É recorrente, especialmente nos meios de comunicação, mas também no meio acadêmico e nas esferas de decisão governamental – nas quais as políticas de indução econômica são construídas pelos *policy makers* –, que a produção e exportação de produtos da agropecuária, os produtos básicos, como são chamados, não deve constar em estratégias de longo prazo saudáveis, uma vez que a economia deveria ser induzida a produzir e comercializar produtos industriais, de suposto maior valor agregado.

Na Figura 1, é mostrado o fator de multiplicação do valor adicionado por setor da economia brasileira.

Não surpreende que esteja equivocado o argumento de que a agricultura produz itens de baixo valor adicionado, dada, de um lado, a alta tecnologia contida em um grão ou corte de carne, legado das décadas de desenvolvimento genético e investimentos em P&D; e, de outro, a tecnologia contida no processo produtivo, com insumos e maquinário avançados que colaboraram para que a agricultura desse um grande salto de produtividade.

Os dados na Tabela 7 sugerem que está correta a corrente de pensamento que refuta a tese de baixo valor agregado dos produtos da

Tabela 5. Valor adicionado do Brasil, em milhões reais, por segmento, de 2002 a 2009.

Segmento	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Part. (%) 2009	Var. (%) 2002-2009
Agricultura, Silvíc. e Exp. Florestal	59.165	77.394	82.156	70.267	76.465	87.336	103.663	106.497	4	80
Pecuária e Pesca	25.086	31.225	33.038	34.896	35.101	39.931	48.949	50.735	2	102
Indústria Extrativa	20.419	25.249	31.997	45.368	58.864	53.669	83.498	51.065	2	150
Indústria de Transformação	214.562	264.955	320.223	333.296	353.387	389.619	429.063	465.264	17	117
Construção Civil	67.219	68.935	84.868	90.228	96.287	111.201	126.551	146.783	5	118
SIUP	42.206	50.365	64.683	70.391	76.414	81.791	80.875	86.587	3	105
Comércio e Serv. de Manut. e Reparações.	144.262	172.032	200.344	223.818	254.578	300.932	349.908	378.137	14	162
Serviços de Aloj. e Alimentação	23.197	22.836	26.618	29.999	36.677	41.725	45.818	54.407	2	135
Transportes, Armaz. e Correios	61.009	68.754	78.336	91.477	98.656	109.782	129.013	134.232	5	120
Serviços de Informação	45.370	53.350	64.147	73.238	77.026	87.731	98.036	99.741	4	120
Serv. Intermed. Fin., Seg. e Prev Comp.	95.053	104.223	96.901	129.937	146.418	175.608	175.379	202.216	7	113
Serviços Prest. às Fam e Associativas	32.149	35.326	38.432	44.634	49.554	52.497	57.921	64.266	2	100
Serviços Prestados às Empresas	55.965	65.458	74.610	84.569	97.247	108.493	127.075	139.004	5	148
Atividades Imobiliárias e Aluguéis	130.341	141.769	151.175	165.925	176.139	194.457	210.291	233.757	8	79
Adm., Saúde e Educ. Púb. e Seg. Social	197.728	222.277	244.427	277.196	311.381	353.723	406.958	456.426	16	131
Saúde e Educação Mercantis	44.110	48.981	54.132	54.466	64.501	71.363	76.605	87.561	3	99
Serviços Domésticos	15.288	17.485	20.171	22.548	25.726	28.000	30.846	37.701	1	147
Total	1.273.129	1.470.614	1.666.258	1.842.253	2.034.421	2.287.858	2.580.449	2.794.379	100	119

Fonte: IBGE (2011b).

Tabela 6. Valor adicionado, em milhões de reais, por setor, de 2002 a 2009.

Setor	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Part. (%) 2009	Var. (%) 2002-2009
Agropecuária	84.251	108.619	115.194	105.163	111.566	127.267	152.612	157.232	7	87
Indústria	344.406	409.504	501.771	539.283	584.952	636.280	719.987	749.699	32	118
Serviços	646.744	730.214	804.866	920.611	1.026.522	1.170.588	1.300.892	1.431.022	61	121
Total	1.075.401	1.248.337	1.421.831	1.565.057	1.723.040	1.934.135	2.173.491	2.337.953	100	117

Nota: extraído o segmento Administração, Saúde e Educação Públicas e Seguridade Social do computo setorial.

Fonte: IBGE (2011b).

Tabela 7. Fator de multiplicação do valor adicionado, em milhões de reais, por setor, de 2002 a 2009.

Setor	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Var. (%) 2002-2009
Agropecuária	0,61	0,59	0,57	0,54	0,56	0,56	0,55	0,57	-6
Indústria	0,32	0,31	0,32	0,31	0,32	0,31	0,30	0,33	3
Serviços	0,64	0,63	0,63	0,64	0,64	0,64	0,64	0,64	1
Total	0,48	0,47	0,47	0,47	0,47	0,47	0,46	0,49	1

Nota: extraído o segmento Administração, Saúde e Educação Públicas e Seguridade Social do computo setorial.

Fonte: IBGE (2011b).

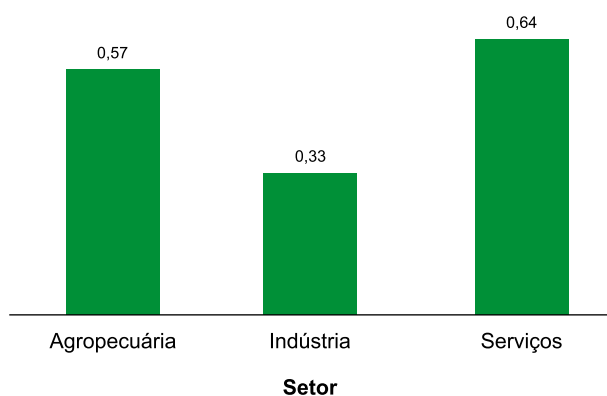


Figura 1. Fator de multiplicação do valor adicionado por setor da economia brasileira em 2009.

Fonte: adaptado de IBGE (2011b).

agropecuária, uma vez que nesse setor agrega-se mais valor que a média da economia brasileira por real produzido e bem mais do que na indústria, setor também responsável pela produção de bens em uma economia.

Analisando-se os setores abertos por segmentos, a agricultura é o sexto segmento em relação à capacidade de adição de valor por unidade produzida, de 17 segmentos analisados. A pecuária coloca-se na 12ª posição, em linha com a média nacional. O primeiro colocado deve ser considerado como algo pouco comum, pois, pela própria natureza do segmento, serviços domésticos não apresentam consumo intermediário; então todo o valor produzido é também valor adicionado.

A Tabela 8 descreve o fator de multiplicação do valor adicionado por segmento de 2002 a 2009.

Entre todos os segmentos industriais, apenas construção civil encontra-se acima da média do País em termos de agregação de valor; mesmo assim, o desempate com a média ocorre na terceira casa decimal. Flexibilizando-se o critério de avaliação e retirando-se os serviços públicos do cálculo da média nacional, como na Tabela 7, para que haja comparação entre setores privados, o segmento Siup também ficaria acima da média nacional.

Se os *policy makers* têm como objetivo final o crescimento do PIB, então a agropecuária não deve ser vista como “um setor a ser superado”; antes disso, deve ser valorizada por políticas horizontais que fortalecerão as vantagens comparativas do setor.

A agropecuária brasileira se mostra com grande potencial de geração de PIB, primeiramente porque apresenta um fator de multiplicação de valor adicionado alto. Em segundo lugar, o País pode expandir significativamente sua produção agropecuária, uma vez que a agricultura ocupa menos de 7% do território nacional de acordo com o último censo agropecuário do IBGE (2012).

A Figura 2 traz comparações internacionais de fator de multiplicação do valor adicionado da agricultura em 2009.

Para comparação internacional, foi utilizada uma base de dados diferente daquela utilizada na comparação intrasetorial no Brasil, que foi as Contas Regionais do IBGE (2011a). Nesse caso, a base de dados acessada foi os dados disponibilizados pela Food and Agriculture Organization (FAO) (CROP... 2003) e pelo World Bank (2013) e, por essa razão, os fatores de multiplicação do valor adicionado apresentam valores diferentes para o Brasil daqueles obtidos com os dados do IBGE.

O fator de multiplicação do valor adicionado da agricultura que o Brasil exibe, em relação aos principais concorrentes, mostra importante vantagem no que diz respeito à capacidade de geração de valor agregado.

Pode ser afirmado que a agricultura não apenas gera alto valor agregado internamente por unidade produzida, mas também destaca-se no cenário internacional, o que reforça a sugestão de existência de vantagem comparativa de produção em favor do Brasil.

Setores e segmentos menos dinâmicos e de elevado coeficiente técnico

O coeficiente técnico, detalhado anteriormente, mostra uma relação entre consumo intermediário e o valor bruto de produção ou, ainda,

Tabela 8. Fator de multiplicação do valor adicionado no Brasil, em milhões de reais, por segmento, de 2002 a 2009.

Segmento	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Serviços Domésticos	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Atividades Imobiliárias e Aluguéis	0,95	0,94	0,94	0,94	0,94	0,93	0,93	0,92
Comércio e Serv. de Manut. e Reparações.	0,70	0,69	0,71	0,70	0,70	0,71	0,71	0,71
Adm., Saúde e Educ. Púb. e Seg. Social	0,65	0,67	0,65	0,64	0,65	0,65	0,66	0,67
Serv. Intermed. Fin., Seg. e Prev Comp.	0,63	0,64	0,58	0,65	0,65	0,66	0,63	0,65
Agricultura, Silvíc. e Exp. Florestal	0,65	0,64	0,61	0,57	0,60	0,60	0,58	0,60
Serviços Prestados às Empresas	0,57	0,58	0,60	0,61	0,61	0,60	0,61	0,60
Saúde e Educação Mercantis	0,54	0,53	0,53	0,53	0,54	0,56	0,56	0,59
Serviços Prest. às Fam e Associativas	0,50	0,52	0,52	0,51	0,51	0,52	0,52	0,52
Construção Civil	0,50	0,51	0,54	0,54	0,53	0,54	0,52	0,51
SIUP	0,47	0,49	0,53	0,53	0,54	0,54	0,49	0,51
Pecuária e Pesca	0,52	0,50	0,49	0,49	0,49	0,49	0,49	0,51
Transportes, Armazenagem e Correios	0,51	0,48	0,50	0,51	0,50	0,50	0,49	0,50
Serviços de Informação	0,50	0,51	0,52	0,52	0,51	0,52	0,51	0,48
Serviços de Alojamento e Alimentação	0,44	0,40	0,43	0,43	0,44	0,43	0,44	0,45
Indústria Extrativa	0,38	0,37	0,39	0,42	0,47	0,42	0,50	0,39
Indústria de Transformação	0,27	0,26	0,26	0,25	0,25	0,25	0,24	0,27
Total	0,50	0,49	0,49	0,49	0,49	0,49	0,49	0,51

Fonte: adaptado de IBGE (2011b).

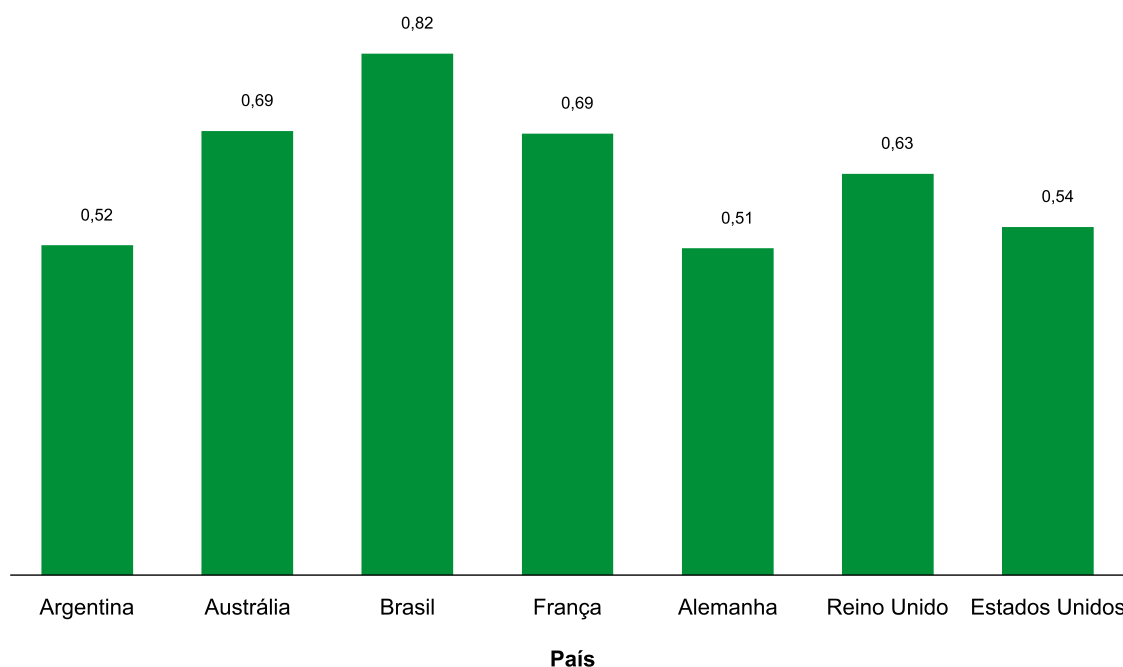


Figura 2. Comparações internacionais de fator de multiplicação do valor adicionado da agricultura em 2009, nos principais países produtores.

Fonte: adaptado de World Bank (2013) e Crop... (2003).

o quanto de consumo intermediário é necessário para produzir determinado valor. Quanto maior o valor do coeficiente técnico, pior para a geração de valor agregado, pois maior foi o consumo intermediário.

Na Tabela 9, vemos o coeficiente técnico da produção dos setores da economia, e destaca-se o alto valor apresentado pela indústria brasileira. Esse dado indica que, em relação aos demais setores e à média brasileira, para produzir uma unidade monetária, a indústria precisa consumir mais. Em outras palavras, pode ser afirmado que a indústria gera menos PIB por unidade produzida, pois apresenta elevado consumo intermediário em relação ao valor bruto da produção. Isso não quer dizer, porém, que não possa contribuir com a geração do PIB por meio da escala. O que esses dados sugerem é que a indústria poderia gerar muito mais valor adicionado se não fosse seu alto consumo intermediário.

As razões pelas quais esse coeficiente técnico se mostra tão elevado são diversas, mas,

em especial, destacam-se a carga tributária e a logística ineficiente, resultado da ausência de políticas horizontais e do acúmulo de políticas industriais ineficientes no longo prazo.

A carga tributária é diuturnamente criticada no Brasil e com razoável merecimento. Muitos críticos abordam o volume percentual que essa carga apresenta e, com comparações com outros países tão ou mais desenvolvidos que o Brasil, indicam que há sobre a economia brasileira uma carga realmente elevada e em tendência de alta. Entretanto, esses dados nos mostram outra faceta da carga tributária que, embora não seja novidade, é menos abordada, que é a forma como ela se impõe, e não o seu tamanho.

Um dos princípios que norteiam a construção de um sistema tributário é o princípio da neutralidade. Esse princípio diz, de acordo com Giambiagi e Além (2011), que um sistema tributário deve ser neutro para que não interfira na competitividade dos produtos nos mercados

Tabela 9. Coeficiente técnico no Brasil, por setor e total, de 2002 a 2009.

Sector	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Var. (%) 2002-2009
Agropecuária	0,39	0,41	0,43	0,46	0,44	0,44	0,45	0,43	10
Indústria	0,68	0,69	0,68	0,69	0,68	0,69	0,70	0,67	-1
Serviços	0,36	0,37	0,37	0,36	0,36	0,36	0,36	0,36	-1
Total	0,52	0,53	0,53	0,53	0,53	0,53	0,54	0,51	-1

Nota: extraído o segmento Administração, Saúde e Educação Públicas e Seguridade Social do compute setorial.

Fonte: IBGE (2011b).

doméstico e externo e na alocação ótima de recursos dentro de uma economia.

Ocorre que no Brasil, independentemente do tamanho da carga tributária em relação ao PIB, esse princípio é desrespeitado, e o País optou por sistema em que há forte presença de impostos regressivos que vão sendo acumulados ao longo do processo produtivo. Essa deve ser a principal contribuição, pelo Estado, para que haja um consumo intermediário tão elevado.

À medida que os impostos são inseridos em cada etapa do processo produtivo, o produto intermediário vai se tornando mais caro relativamente ao mesmo produto disponível para outra indústria de outro país com diferente regime tributário. Soma-se a esse fator o resultado de políticas industriais que dificultaram e ainda dificultam a importação de bens intermediários. O resultado obtido é consumo intermediário alto, que resulta em alto coeficiente técnico em relação ao grupo de concorrentes analisados. A Figura 3 oferece um panorama da competitividade internacional, utilizando-se a base de dados das Nações Unidas e do World Bank.

Além do mais, os produtos gerados com menor consumo intermediário em outros países tendem a se tornar mais competitivos no mercado brasileiro do que os produtos locais, pois os primeiros não carregam a mesma e regressiva carga tributária, tampouco o mesmo consumo intermediário. O que temos visto em relação aos *policy makers* é que, em vez de enfrentarem a razão do problema, criam dificuldades à entrada dos produtos importados, utilizando, para isso, a política fiscal. Por essa razão, o Brasil vem se tornando um país cada vez mais fechado para o comércio, e isso tem sido apontado tanto no relatório *Doing Business* (INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION; WORLD BANK, 2013)⁵ quanto no *Index of Economic Freedom* (THE HERITAGE FOUNDATION, 2013)⁶ – relatórios elaborados por instituições de notório saber

⁵ De acordo com o International Finance Corporation e o World Bank, o projeto busca mensurar a regulação de firmas locais em mais de 183 países.

⁶ Mostra, em forma de índice, o ranking de liberdade econômica dentro de um país em comparação com os demais. No total, são analisados 179 países.

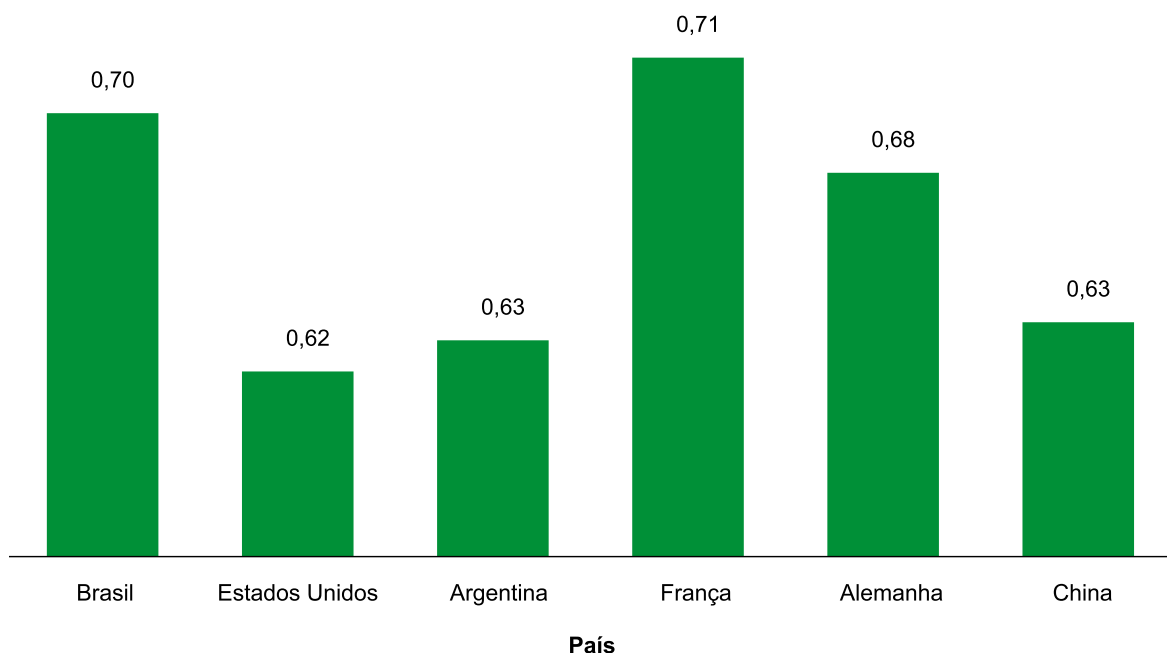


Figura 3. Comparações internacionais de consumo intermediário da indústria (CT industrial) em 2009, em importantes países produtores.

Notas: 1) os dados industriais da Austrália estavam indisponíveis; 2) acrescentou-se a China pela importância da sua indústria no contexto mundial.

Fonte: World Bank (2013).

em nível global –, o que alimenta ainda mais a baixa competitividade.

As comparações do CT industrial do Brasil com os obtidos em outros importantes países concorrentes mostram uma condição de competitividade muito ruim para o Brasil. Atrás apenas da França, o Brasil exibe um dos mais elevados coeficientes técnicos da indústria mundial. Se compararmos com a vizinha Argentina, esta tem uma vantagem de 11% em relação ao Brasil, e igual vantagem apresenta a China. Quanto aos Estados Unidos, a vantagem apresentada a favor deles sobe para 13%, e, quando a relação é entre a Alemanha e o Brasil, aquela possui vantagem de 3%. Em resumo, o Brasil é um país onde sua indústria, em comparação com outros importantes países industrializados ou em processo de industrialização, é uma das que menos adiciona valor por unidade produzida, em virtude de seu alto consumo intermediário, o que deixa o setor mais “pesado” e menos competitivo.

Conclusões

Este estudo mostra, primeiramente, que está equivocado o argumento que afirma que a produção agropecuária resulta em itens de baixo valor agregado. Para cada R\$ 1,00 produzido na agropecuária, gera-se R\$ 0,57 de valor adicionado, enquanto a indústria, quando produz esse mesmo valor, adiciona R\$ 0,33. Além do mais, a agropecuária brasileira apresenta o maior fator de multiplicação do valor agregado entre os principais países produtores, o que sugere a existência de uma importante vantagem comparativa para a agropecuária do País. Dito isso, a agropecuária deve ser encarada pelos *policy makers* e pela sociedade como um importante setor para o crescimento econômico brasileiro, não como um setor que deve ser superado.

Na sequência, nota-se que a indústria tem um papel muito importante na economia brasileira, e sua existência deve justificar-se pela

sua importância e não como meio de “tornar a economia mais avançada”.

A indústria brasileira gera baixo valor agregado por unidade produzida, em razão do alto consumo intermediário que o setor enfrenta. Parte importante da justificativa desse fato é a preferência dos governos em privilegiar segmentos com políticas industriais protecionistas em vez de concentrar esforços em políticas horizontais, segundo as quais aquelas indústrias com vantagens comparativas poderiam triunfar e se expandir, gerando mais valor agregado do que atualmente. No modelo atual, quase todos os segmentos industriais estão abaixo da média de geração de valor agregado, o que sugere que as políticas industriais não estão apresentando o efeito esperado.

Os EUA, maior produtor de grãos do mundo, produz mais de três vezes a safra brasileira de acordo com o United States Department of Agriculture – USDA – (2013)⁷. De acordo com estudo de Bot et al. (2000), o Brasil possui 450 milhões de hectares de solos aráveis, enquanto os EUA possuem 390 milhões de hectares. Comparando-se as áreas plantadas do Brasil, informadas pelo IBGE (2011b), com as dos EUA, informadas pelo USDA, conclui-se que o Brasil utiliza 14% do seu potencial, enquanto os EUA utilizam 48%, ou seja, o Brasil tem um potencial de expansão da agricultura muito grande, que, se usado, poderá contribuir muito para geração de PIB.

Referências

BONELLI, R.; VEIGA, P. da M.; BRITO, A. F. de. **As políticas industrial e de comércio exterior no Brasil:** rumos e indefinições. Rio de Janeiro: Ipea, 1997. 72 p. (Ipea. Texto para Discussão, 527).

BOT, A. J.; NACHTERGAELE, F. O.; YOUNG, A. **Land resource potential and constraint at regional and country levels.** Rome: FAO, 2000. 114 p. (FAO. World Soil Resources Reports, 90).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Diretrizes de política industrial,**

tecnológica e de comércio exterior. 2003. Disponível em: <<http://www.inovacao.unicamp.br/politicact/diretrizes-pi-031212.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2013.

CANÊDO-PINHEIRO, M.; FERREIRA, P. C.; PESSÔA, S. de A.; SCHYMURA, L. G. **Por que o Brasil não precisa de política industrial.** Rio de Janeiro: FGV, 2007. 39 p. (EPGE/FGV. Ensaios Econômicos, 644).

CROP production and natural resource use. 2003. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/005/y4252e/y4252e06.htm>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

FERREIRA, P. C.; HAMDAN, G. Política industrial no Brasil: ineficaz e regressiva. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 305-316, dez. 2003.

FONSECA, P. C. D. Sobre a intencionalidade da política industrializante no Brasil na década de 1930. **Revista de Política Econômica**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 133-148, 2003.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959. 251 p.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. **Finanças públicas:** teoria e prática no Brasil. 4. ed. São Paulo: Campus, 2011.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006:** Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação: segunda apuração. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Agropecuario_2006/Segunda_Apuracao/censoagro2006_2aapuracao.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2013.

IBGE. **Contas Regionais do Brasil:** 2005 - 2009. 2011a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2009/contasregionais2009.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2013.

IBGE. **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola:** pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das safras agrícolas no ano civil. Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, 2011b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/lspa_201102.pdf>. Acesso em: 6 set. 2013.

IBGE. **Sistema de Contas Nacionais:** Brasil: 2005 - 2009. 2011c. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2009/sicona2005_2009.pdf>. Acesso em: 16 set. 2013.

IBGE. **Sistema de Contas Nacionais:** Brasil: referência 2010: Nota Metodológica n. 2: Estrutura do Sistema de Contas Nacionais: versão para informação e comentários. 2013. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Sistema_de_Contas_Nacionais/Notas_Metodologicas_2010/02_estrutura_scn.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2013.

⁷ United States Department of Agriculture, organismo semelhante ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) do Brasil.

INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION; WORLD BANK. **Doing Business 2013**: des réglementations intelligentes pour les petites et moyennes entreprises. Disponível em: <<http://portugues.doingbusiness.org/reports/global-reports/doing-business-2013>>. Acesso em: 26 ago. 2013.

JONES, C. I. **Introdução à Teoria do Crescimento Econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 192 p.

PREBISCH, R. **The economic development of Latin America and its principal problem**. Lake Success: United Nations, 1950. 59 p.

SINGER, H. W. "The Distribution of Gains Between Investing and Borrowing Countries". **American Economic Review**, Nashville, v. 40, n. 2, p. 473-485, 1950.

SUZIGAN, W. Experiência histórica de política industrial no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 16, n. 1 (61), p. 5-20, jan./mar. 1996.

SUZIGAN, W.; FURTADO, J. Política Industrial e Desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 26, n. 2 (102), p. 163-185, abr./jun. 2006.

TAVARES, M. da C. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: TAVARES, M. da C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia política**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. p. 27-124. Publicado pela primeira vez em 1963.

THE HERITAGE FOUNDATION. **2013 Index Economic Freedom**. Disponível em: <<http://www.heritage.org/index/>>. Acesso em: 4 set. 2013.

UNITED STATE DEPARTMENT OF AGRICULTURE. Foreign Agricultural Service. **Grain**: World Markets and Trade. March 2013. Disponível em: <<http://usda.mannlib.cornell.edu/usda/fas/grain-market/2010s/2013/grain-market-03-08-2013.pdf>>. Acesso em: 4 ago. 2013.

WORLD BANK. **Data Indicators**. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator>>. Acesso em: 26 ago. 2013.